

EXAME DE DIREITO ROMANO

Época de recurso

Turma A

19 de Fevereiro de 2024

I. Responda, de forma fundamentada, a **5 e apenas 5** das seguintes questões:

1. Qual a importância da Lei das XII Tábuas para o *Ius romanum*?

- ✓ Referência cronológica da Lei das XII Tábuas.
- ✓ Breve referência ao processo de elaboração da Lei das XII Tábuas.
- ✓ Relevância da Lei das XII Tábuas no processo de racionalização do *Ius romanum*.
- ✓ Importância do registo dos *mores maiorum*.

2. Qual a relevância do *ius gentium* na atuação do pretor peregrino?

- ✓ Conceito de *ius gentium*.
- ✓ Articulação do *ius gentium* com o *ius civile*.
- ✓ Caracterização do modo de atuação do pretor peregrino face aos *ius gentium*.
- ✓ A importância dos editos para o processo de desenvolvimento do *ius gentium* e do *ius civile*.

3. Qual o papel do Senado no processo de elaboração das *leges rogatae*?

- ✓ Caracterização do Senado e das suas principais funções.
- ✓ Conceito de *leges rogatae*.
- ✓ Identificação dos principais momentos do processo de elaboração das *leges rogatae*.
- ✓ A importância do momento em que intervém o Senado no processo de elaboração das *leges rogatae*. A *lex Publilia Philonis*.

4. Qual a relevância do *Corpus Iuris Civilis*?

- ✓ Identificação cronológica do *Corpus Iuris Civilis*.
- ✓ Importância do *Corpus Iuris Civilis*.
- ✓ A justificação da codificação do *Ius romanum*.
- ✓ Identificação das suas principais obras e respetivos conteúdos.

5. Qual a relevância do edito de Caracala para o *Ius Romanum*?

- ✓ Identificação cronológica do edito de Caracala.
- ✓ Principais motivações do edito de Caracala.
- ✓ Conteúdo do edito de Caracala.
- ✓ Efeitos do edito de Caracala no *Ius romanum* e no conceito de cidadania, em particular.

6. Qual a relevância do *ius publice respondendi* para a decadência da *iurisprudentia*?

- ✓ Identificação da motivação cronológica do *ius publice respondendi*.
- ✓ Caracterização do *ius publice respondendi*.
- ✓ Caracterização das principais funções dos *iurisprudentes*.
- ✓ A redução do *ius à lex*. Caracterização.

II. Comente, de forma crítica e fundamentada, **uma** das seguintes afirmações:

1. «O *ius honorarium* ou *ius edictale* ou ainda, *ius magistrale*, numa conceção ampla, é todo o *ius Romanum non-civile*, isto é, o direito criado pelos edictos de: pretores urbanos; pretores peregrinos; edis curuís e governadores de província. O *ius honorarium* é um direito criado por magistrados; o *ius civile* vem do *Populus* na interpretação dos jurisprudentes».

Curso de Direito Romano, Eduardo Vera-Cruz Pinto

- ✓ A caracterização do *Ius honorarium* e do *Ius civile* e respetiva articulação.
 - ✓ A importância do *Ius honorarium* no *Ius romanum*.
 - ✓ A importância do *Ius civile* no *Ius romanum*.
 - ✓ O *cursus honorum*. Caracterização das magistraturas.
 - ✓ Os poderes dos magistrados.
 - ✓ A relevância da *lex aebutia de formulis* na atuação do pretor.
 - ✓ Os expedientes do pretor e o processo de criação do direito.
 - ✓ A influência do *Ius honorarium* no processo de alteração do *Ius civile*.
2. «O Principado é a forma de designar uma tentativa política de concretizar no governo de Roma uma síntese entre instituições da *res publica* e outras de pendor monárquico, atendendo à situação em que se encontravam as instituições do “Estado”, após as sucessivas guerras civis e as derivas autoritárias de cônsules únicos e vitalícias consentidas pelo Senado».

Curso de Direito Romano, Eduardo Vera-Cruz Pinto

- ✓ Caracterização do Principado.
- ✓ A importância da articulação entre os elementos políticos e jurídicos do Principado.
- ✓ O importante papel do Senado e dos *comitia*.
- ✓ O papel do *Princeps*.
- ✓ A construção do *ius*. O papel da *iurisprudentia* ao longo do Principado.
- ✓ A relevância do *ius publice respondendi*. Efeitos.
- ✓ A redução do *ius à lex*.
- ✓ O início do processo codificador. Caracterização.